

Novos fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada

Aires A. Nascimento
CEC / Faculdade de Letras, Lisboa

1. O fragmento, testemunho a valorizar

Recentemente, fomos surpreendidos com a revelação de um conjunto de fragmentos de textos descobertos nos materiais da Torre do Tombo. A surpresa não é de espantar, mas solicita-nos a procurar entender o valor dos testemunhos em causa¹.

É bem conhecida a cena evangélica em que Cristo, depois de haver saciado a multidão mediante o espantoso milagre da multiplicação dos pães, intima os Apóstolos a recolherem os restos para não se estragarem². A ordem de Cristo (à primeira vista supérflua, perante o prodígio realizado) tem sido evocada para colocar em relevo o trabalho (tantas vezes considerado menor e até inconsequente) do filólogo e do arquivista que se preocupam com a recolha de fragmentos de testemunhos textuais deixados à deriva por entre as encadernações de livros ou em fólios mais ou menos soltos, mas altamente operativos na reconstituição da cultura textual.

Colligite fragmenta ne pereant... Um beneditino da célebre abadia de Beuron, D. Alban Dold, tomou esta frase como lema do seu trabalho de indagação e recuperação desses destroços de naufrágios textuais³. Alguém chamou a essa tarefa de recuperação o melhor contributo para a redacção do “martirólogo do livro”, levando em conta que ao longo dos tempos muitos códices foram vítimas de mutilações e deles não ficaram mais que algumas relíquias escapadas ora ao repúdio ora à voragem dos tempos, quando não às atrocidades de algozes insofridos ou ao desprezo de outros. Porque, em grande parte dos casos, de martirólogo do livro se trata, bem podemos falar

1. O texto que se segue alarga as reflexões feitas, a convite da Direcção da Torre do Tombo, na sessão de apresentação a público de *Fragmentos de Textos Medievais Portugueses*, da autoria de Arthur L.-F. ASKINS, Aida Fernanda DIAS, Harvey L. SHARRER, Lisboa, IAN/TT, 2002. A sessão teve lugar nas instalações da Torre do Tombo, a 5 de Novembro de 2002.

2. Cf. João, 6, 1-15.

3. Cf. Elisabeth PELLEGRIN, «Fragments et *Membra disiecta*», in *Codicologica – 3 – Essais typologiques* (ed. A. Gruys & J. P. Gumbert), Leiden, E. J. Brill, 1980, 70-95.

também de via-sacra da cultura que esses fragmentos documentam nas contingências e condicionamentos de testemunhos malbaratados.

Não têm sido pequenos os benefícios advindos dos cuidados de recolha, por vezes ingrata, mas sempre compensadora: umas vezes, recuperando textos esquecidos ou nem sequer lembrados; outras vezes, ganhando novos testemunhos que se juntam aos já existentes para uma revisão de tradição textual ou para o levantamento da história dos livros, do texto, da cultura literária, dos seus centros, enfim, dos próprios homens, pois são eles que estão em causa, e das comunidades que eles constituem. Com tais recuperações, frequentemente se alargam perspectivas de leituras e se dilatam as dimensões das nossas comunidades textuais (de ontem e de hoje).

2. Alargar horizontes na cultura do livro português manuscrito

No caso português, mais habitualmente têm sido tomados em conta alguns centros de cultura (porque reconhecidamente foram pólos de escrita e de bibliotecas) ou certas personalidades (pelo relevo que assumiram na dinamização de comunidades textuais)⁴. São escassos os centros e as personalidades em torno dos quais se costuma traçar o panorama da cultura literária e dos seus agentes ao longo da história portuguesa. Escassos, sim, e estamos em crer, não poucas vezes, submetidos a anamorfoses de interpretação e transposição. Com razão foi dado relevo à corte (devemos remontar pelo menos a D. Sancho I, em finais do séc. XII, pois a concessão de benefícios a quem se fosse formar ao estrangeiro não se compreende inteiramente se não for admitido um círculo de cultura, em que o próprio exercício poético do rei tem lugar). Dos paços dos nobres quase só retemos, para o séc. XIV, o de D. Pedro, Conde de Barcelos (o qual, no entanto, se transfere para Lalim, no Douro, onde fica quase esquecido até se entregar aos cuidados dos monges cistercienses de S. João de Tarouca, junto de quem procura repouso eterno para compensar fadigas terrenas). Não tem sido fácil acompanhar o percurso das bibliotecas de outras casas senhoriais que não deixariam certamente de procurar prestígio através de actos sociais em que as letras, nomeadamente através de saraus abrilhantados com trovadores e jograis, terão tido lugar em tempos mais ou menos compassados. As cantigas medievais são em número relativamente elevado para se não dever pensar que só o Conde de Barcelos ou seu pai, D. Dinis, estão implicados num movimento poético que era certamente alargado; os cantares de gesta, embora quase desaparecidos, não devem ter ficado de fora da alçada de famílias nobres e dos seus interesses. As famílias dos Sousas e dos Mendes da Maia estarão possivelmente nesse número. Contudo, os textos foram sendo substituídos, o trabalho literário serviu outros gostos, a escola (esquecida de quem por ela passou) não curou de reaver testemunhos que servissem para a formação de gerações contemporâneas (o cânone escolar andava por autoridades já constituídas de há muito), não houve outras instituições que tomassem tal tarefa a seu cuidado (os arquivos nasceram com outros fins e as bibliotecas públicas só tardiamente se tornaram centros de leitura e assumiram a função de recolha e tratamento de textos que não fossem de autoridades).

Em contrapartida, muito justamente foi prestada atenção às instituições eclesiásticas. Retêm-se os nomes de algumas, certamente as mais importantes e as que mantiveram continuidade e estive-

4. Em jeito de balanço de investigações feitas ao longo de anos apresentámos um quadro de bibliotecas e de circulação do livro em Portugal em «A Igreja na história da cultura: percursos do livro em Portugal na Idade Média», *Igreja e Missão*, 18 (2000), 139-201.

ram ligadas ao poder, através de personalidades da corte ou de interesses comuns: Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Lisboa, Alcobaça, Lrvão são nomes que com frequência vêm à colação. Menos habitual é a referência às catedrais, onde não faltavam também livros e bibliotecas (bispos de todos os tempos se afirmaram pelos seus conhecimentos e alguns até como autores), mas os elementos são mais dispersos e não apresentam continuidade, pois os cabidos não asseguraram a transmissão de livros que serviam os seus membros sem vida comunitária permanente. No caso dos próprios mosteiros (e em maior escala no dos conventos de ordens mendicantes), a falta de documentação para atender ao percurso dos seus livros não permite dizer se as bibliotecas conhecidas ou de que há notícia são fruto integral de uma produção própria ou se houve apenas recolha (por compra, doação ou incorporação) de obras que pertenciam originariamente a outras instituições e entidades. Na realidade, concedemos frequentemente a essas instituições uma aura que por vezes as ultrapassa como produtoras de livros e para ser fundamentada necessita de análise crítica, com base em estudo codicológico.

Seja como for, os nomes dessas instituições monásticas mais habitualmente retidos são no mínimo operativos para abrir horizontes quando se trata de reunir dados de cultura, pois apenas em casos excepcionais conseguimos divisar a existência de outros meios em que o livro tenha tido visibilidade ao longo de tempos medievais. Os dados, porém, são fragmentários e a custo conseguimos traçar um panorama cultural suficientemente preenchido.

De facto, não são poucas as dificuldades para explicar uma cultura que se prolonga por séculos. Constituem problema a esclarecer as condições de transmissão dos textos que preencheram o espaço cultural português e que nos aparecem sem sequência definida ou com interrupções inquietantes. Vezes sem conta, se atribui a desastres naturais ou a intervenções alheias a perda de testemunhos ou até de bibliotecas que gostaríamos de ver preservadas: o terramoto de Lisboa de 1755 – certamente sorveu muitos códices – serve por vezes de escapatória para encobrir incúrias ou menor empenhamento de busca; as invasões francesas e a viagem real para o Brasil entram na mesma ordem de explicações. A exclusão das Ordens Religiosas, em 1834, é factor que conta escandalosamente nas interrupções culturais de um país que raramente trabalha em uníssono e não consegue senão afastar o que odeia sem criar substitutos válidos e perceber as consequências de actos tresloucados⁵.

Não vale, porém, a pena lamentar o curso da história. É fácil e cómodo resolver os problemas lançando sobre outros a responsabilidade daquilo que nos afecta. Também não é atitude útil olvidar as questões ou lançar silêncio sobre elas. Mantiveram-se por demasiado tempo concepções que teimaram em ver no espaço que habitamos uma zona de «ermamento» cultural, sem conseguirmos acompanhar a superação que, em planos diferentes, foi sendo realizada pela demonstração da persistência das populações em território atravessado pelas incursões inimigas⁶.

A pouco e pouco, por estudo aturado e recolhendo indícios, se tem intentado obter uma melhor configuração do nosso mundo cultural medievo. A hipótese de uma épica primitiva em torno do

5. Quando tivermos um catálogo colectivo das existências nas bibliotecas monásticas ao tempo da extinção das Ordens Religiosas, em 1834 (alguns inventários existem, mas outros terão de ser supridos pela reconstituição das incorporações nas bibliotecas públicas), perceberemos melhor quanto elas serviam para manter actualizados os conhecimentos nos nossos meios e como após o seu encerramento as instituições públicas serviram mal os interesses colectivos.

6. Será obviamente de recordar a revolução causada sobre as posições tradicionais pela tese de Avelino de Jesus da Costa quando analisou o panorama da diocese de Braga no tempo do seu bispo D. Pedro: o sistema de paróquias documentado pela continuidade de santos patronos mantinha-se, o que contrariava o «ermamento». Cf. Avelino de Jesus da COSTA, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1959 (2 vols.).

primeiro rei tem consistência demonstrada⁷. Por análise codicológica, fomos-nos convencendo de que a própria técnica do livro revela uma experiência de continuidade⁸. Por outra parte, aprendemos a entrever tradições textuais próprias das nossas regiões⁹ e a reconhecer que certas sequências de textos nos respectivos códices não são casuais. Vamo-nos também apercebendo de que as expressões literárias subsistentes reflectem uma realidade mais consistente e menos rarefeita do que os testemunhos, pois nos obrigam a supor existência daquilo que os documentos não asseguram por terem desaparecido.

Em exercício de paciência e de perspicácia, onde a análise de laboratório só de quando em vez ganha visibilidade demonstrativa e não raro apenas deixa propor hipóteses na expectativa de confirmação mais sólida, vão-se-nos abrindo novos horizontes no panorama da cultura portuguesa medieval, onde os textos devem ter circulado com a normalidade de outras zonas culturais e não como elementos erráticos sem horizonte definido. Estamos ainda longe de chegar a um panorama devidamente preenchido sobre instituições de cultura, agentes da mesma, textos alguma vez constituídos entre nós.

3. Um exercício de recuperação particularmente necessário

Efectivamente, se admitirmos fazer um juízo de situação relativamente ao estudo da cultura portuguesa, teremos de assumir que, provavelmente, devido a erros acumulados, a descontinuidade no seu conhecimento é um dos traços mais negativos de que nos devemos penitenciar. Colocados na periferia da Europa, sem centros que atraíssem personalidades de relevo, os dados de uma cultura comum, de que somos tributários, parecem chegar com atraso e raramente recebem retorno com participação adequada. Há, é certo, um ou outro caso que constitui excepção, mas até isso parece confirmar a regra.

No entanto, a própria identidade de uma comunidade cultural que formamos (a qual tanto nos coloca à parte como nos dá a possibilidade de nos sentarmos a uma mesa espiritual comum), obriga-nos a aceitar que a margem / periferia em que nos encontramos colocados não tem de significar obrigatoriamente nem marginalidade nem alheamento. As circunstâncias que vão pontuando o nosso horizonte de relações com a Europa da cultura (uma cultura herdada e transmitida) deixam-nos entrever momentos de maior partilha que geram homogeneidade e nos dão acesso a instrumentos de transmissão, como é o livro. Conhecidas são também algumas personalidades de relevo que serviram de intermediários e há instituições que podem ser apontadas como pontos de aproximação. Teremos, porém, de recuperar os momentos de tensão fecunda, mesmo que hajam de ser considerados raros aqueles em que se gerou o sentido da identidade e da diferença para

7. Cf. António José SARAIVA, *Épica medieval portuguesa*, Lisboa, ICLP, 1979. O autor admite a existência de cantos de jograis, em torno do primeiro rei, pelo terceiro quartel do séc. XII, muito embora as versões que subsistem sejam mais tardias, já do séc. XIII-XIV. Não será por mero acaso que o testemunho mais antigo do uso do português pode agora ser levado a 1175.

8. Seja-nos permitido remeter para dois dos nossos ensaios com isso relacionados: «Diferenças e continuidade na encadernação alcobacense: sua importância para a história do scriptorium», *Revista da Faculdade de Letras*, 1983, 136-157; «Reuvre médiévale du Fonds Alcobaca dans la Bibliothèque Nationale de Lisbonne», *Calames et Cahiers – Mélanges L. Gilissen*, Bruxelles, Centre d'Études des Manuscrits, 1985, 107-117.

9. A *Navigatio S. Brendani* constitui para nós um nó górdio que intentamos desenvolver num diálogo com outros investigadores, nomeadamente com G. Orlandi, da Univ. Cat. de Milão, estudioso da tradição do texto, mas ao qual havia passado despercebida a tradição hispânica.

evitar as pressões do centro sobre a periferia ou as reacções encrespadas da periferia contra o centro em que ficassem anulados os benefícios de um diálogo útil.

Em situação de análise, importará perceber como a singularidade pode ser vista na continuidade de acções necessárias para gerar comunidade com a respectiva comunicabilidade. É facto que a cultura, na sua longa duração, é particularmente constituída por intencionalidade de transmissão – em atitude assumida nos instrumentos e nas instituições por isso responsáveis. Em atitude de crítica, não podemos escamotear que nesse plano houve negligência colectiva, por não exercitarmos o sentido de uma convivência plenamente assumida e por deixarmos que a experiência e a representatividade de alguns não redundasse em atitude de conjunto. Personalidades singulares temos algumas que gostamos de venerar e até às vezes glorificamos, explorando traços e atitudes que na sublimação se perdem na mitificação. A verdade é que, se com isso se mitificam, perde-se o esclarecimento que redundasse em benefício de análise. Colectividades com dinamismo próprio não parecem ser amadas a ponto de lhes conferirmos representatividade e afecto suficiente para manterem continuidade com projecto próprio (o sonho do Império não passou disso mesmo – um sonho; embora com continuidade de nação, o poder político é, entre nós, demasiado efémero e oscilante; até em plano religioso, raros são os casos de fundadores que sustentem um projecto ou o proponham a outros que lhe assegurem continuidade e individualidade própria, mais parecendo que a generosidade se esgota naqueles que são dotados da inspiração primitiva).

Estas atitudes negativas têm consequências nefastas. Não é de alcance menor a que nos leva a desperdiçar o que uns poucos constituíram e não chegou a ser devidamente apreciado ou integrado no viver colectivo, pelo que, em momentos de crise ou de distração, esbanjamos o que alguns acumularam e outros acabaram por acolher em benefício próprio.

Para me situar apenas no domínio do texto e das personalidades ou instituições que lhe deram origem ou lhe serviram de transmissores, venhamos a alguns casos, ainda que longínquos (justamente por serem longínquos, permitem algum recuo, para não molestar, e ajudam a definir um espaço cultural de que somos tributários).

Seja o caso de Martinho de Braga. Ao chegar até nós, por meados do séc. VI, parece ele vir menos com missão colonizadora que em busca de uma pátria de acolhimento; tanto quanto podemos induzir da análise do conjunto da sua obra (ultrapassando referências que são derivas), terá aqui recebido formação suficientemente idónea que lhe permitiu assegurar uma cultura de largo espectro. Todavia, essa obra apenas se conservou além fronteiras e, já a menos de um século de distância, Isidoro de Sevilha tem dificuldade em documentar toda a sua produção¹⁰.

Se tomarmos o caso de Fernando Martins, que passará à história como Santo António de Pádua, a situação é similar. Parece chegar a Itália com uma formação suficientemente idónea para logo em dia festivo em que falta o pregador ser apontado para o substituir e deixar maravilhados os ouvintes que não eram apenas os seus confrades mas os estranhos, em momento de ordenações sacerdotais, em Forli. No entanto, muito embora a legenda tenha tomado conta dele para até fazer repicar os sinos de Lisboa, sua cidade natal, no dia em que foi canonizado, a sua obra parece ter andado arredia das leituras dos nossos antepassados e só raramente vem às nossas preocupações, embora dela se possam extrair conclusões não pouco importantes quanto ao

10. Na introdução à nossa edição do *De correctione rusticorum* deixamos elementos necessários para entender esta posição; cf. Martinho de BRAGA, *Instrução pastoral sobre superstições populares – De correctione rusticorum* (ed., trad., introd. e comentários de Aires A. Nascimento), Lisboa, Ed. Cosmos, 1998.

reconhecimento da circulação de textos entre Coimbra e centros de cultura do seu tempo, como era Toledo¹¹.

Tempos depois, o rei D. Duarte ocupa um lugar significativo como príncipe ilustrado e a si chama a constituição de textos num círculo onde são acolhidas personalidades como D. Alonso de Cartagena, bispo de Burgos, ou D. Estêvão de Aguiar (antigo pagem de D. Isabel da Borgonha e depois abade de Alcobaça, em cujo mosteiro iria desenvolver acção notável de favorecimento do livro). No entanto, conhecemos mal o percurso dos textos que a ele chegaram ou dele irradiaram: o exemplar do *Leal Conselheiro*, hoje em Paris, ainda não nos desvendou toda a história do seu percurso¹²; a tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia provavelmente remonta ao círculo daquele rei, mas tem sido penoso repor a verdade sobre a história que se arquitectou em torno do colofon da edição de 1495 (o qual não é mais que uma montagem da responsabilidade do impressor Valentim Fernandes, que não domina os factos, e esquece o percurso anterior do texto)¹³. O impressor moravo, aliás, não era o único responsável pela deturpação, pois o entusiasmo pela nova arte de impressão, ainda que recente, esquecera factos anteriores e o esquecimento havia já recaído sobre a biblioteca e o labor do rei “prudente” em torno do livro. Não foi menor o silêncio que pesou sobre a acção cultural da figura do príncipe D. Pedro, o duque de Coimbra, embora na biblioteca de seu filho, o Condestável D. Pedro, rei da Catalunha, encontremos livros que certamente recebeu de herança paterna¹⁴.

A dispersão explica possivelmente que, de vez em quando, em bibliotecas estrangeiras apareça algum testemunho imprescindível para refazer uma cultura que nem sempre prezou a guarda de provas do que foi constituindo. Para apenas referir um exemplo, lembraremos que, por alguns séculos, esteve esquecido na Biblioteca do Palácio em Madrid o códice da tradução portuguesa da *Confessio Amantis*, obra que constava da biblioteca de D. Duarte¹⁵.

4. Um património textual com virtualidades a explorar

Mal havidos com um património cultural herdado, somos também maus leitores e sobretudo não damos à leitura o valor de irradiação que advém de uma cultura colectiva, ainda que alguns dos nossos melhores espíritos tenham tido vitalidade suficiente para retribuir o que receberam e sejam capazes de fazer da cultura comum ponto de passagem para um mundo mais vasto.

11. Será o caso da tradução do *De animalibus* de Aristóteles que tem eco na obra do franciscano António; ao tempo em que este fazia a sua formação em Coimbra andaria Miguel Escoto por Toledo recolhendo justamente as traduções de Aristóteles e só depois as terá difundido.

12. Julgamos que a saída da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte, em circunstâncias de tensão com a família, e sobretudo o conteúdo do códice não explicam suficientemente o seu papel de intermediária; quanto ao conteúdo do códice, recorde-se que, além do *Leal Conselheiro*, no mesmo exemplar se retém o *Livro de bem cavalgar toda a sela*. O percurso que lhe tem sido atribuído não parece responder a todas as objecções.

13. Remetemos para o que escrevemos designadamente em «A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável», *Euphrosyne*, 29 (2001), 125-142.

14. De um dos livros da sua biblioteca nos ocupámos «Nota mínima a “Vida e Feitos de Júlio César”: a questão da origem do manuscrito», in *Razões e Emoção – Miscelânea em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Lisboa, IN-CM, 2003, vol. II, 157-166.

15. A primeira notícia do aparecimento do códice foi dada, por amável sugestão de Arthur L.F. ASKINS, no artigo de Antonio CORTIJO OCAÑA, «La traducción portuguesa de la *Confessio Amantis* de John Gower», *Euphrosyne*, 23 (1995), 457-466. Continuamos a esperar a edição prometida e permanentemente adiada.

Consistência e qualidade podemos encontrá-la em expressões da nossa cultura literária, mesmo que não possamos senão raramente apontar criatividade de monta ou não consigamos definir o funcionamento de uma escola que sirva de suporte à escrita estruturada. Ainda recentemente, uma autoridade como Walter Berschin nos assegurava como lhe era grato reconhecer nos textos biográfico-hagiográficos do séc. XII, nascidos em Coimbra, uma maturidade formal que nem todas as regiões da Europa podem apresentar por aquele tempo¹⁶.

Em resposta a juízo tão lisonjeiro, julgamos que um estudo mais atento desses mesmos textos, nos poderá ainda abrir perspectivas algo insuspeitadas para ajuizar de tempos que não nos podem ser indiferentes, pois neles reconhecemos opções que nos configuram como comunidade autónoma (e certamente interdependente numa cultura mais vasta). Simplesmente, como em qualquer gesto de vida, nem tudo fica explícito e sofremos, não raro, de uma psicose documental que parece exigir a formalidade da declaração para atender às razões que dão existência às coisas. Ora, quando, num desses textos desta hagiografia (na *Vita Theotoni*), deparamos com uma citação do *Timeu* de Platão, não temos o direito de nos iludir quanto a um eventual recurso ao texto original, mas assiste-nos, sim, o dever de não deixar no esquecimento que tal citação vem através da leitura da *Consolatio Philosophiae* de Boécio, o que é um traço bem claro e significativo de bom nível de uma cultura monástica em meados do séc. XII entre nós (mesmo que os testemunhos do texto do filósofo se tenham perdido no nosso meio). Por outro lado (e para apenas citar outro exemplo), quando no texto da *Conquista de Lisboa aos Mouros* (escrito por um Cruzado inglês que se deixou ficar entre nós por mais tempo do que a acção bélica exigia), encontramos a personalidade de D. Pedro Pitões, bispo do Porto, a valer-se da sua cultura jurídica para convencer os Cruzados a darem apoio ao novo rei português (fazendo naturalmente omissão do estatuto ainda não reconhecido pelo Papa), não podemos deixar de atender ao carácter retórico, pertinente e adequado, do seu discurso e admirar o nível actualizado dessa formação jurídica numa data tão precoce como é 1147 para a difusão do conhecimento da *Panormia* de Ivo de Chartres; ainda que não haja por parte do bispo portuense citação das obras a que recorre (nem isso era admissível numa situação como aquela em que se dirige aos cruzados), não podemos duvidar que ele possuía uma biblioteca significativa nesse domínio e tinha uma boa preparação retórica que não passou despercebida aos cruzados do centro da Europa¹⁷. Aliás, um outro bispo do Porto, Hugo, antecessor de Pedro Pitões, pertencera ao círculo de Diego Gelmires e interviera na redacção da *Chronica Compostelana*.

No plano de transmissão de textos pertencentes a uma comunidade alargada, a nossa valência não tem sido invocada ou trabalhada nos meios filológicos. De facto, a escassez de testemunhos coloca-nos à margem da pesquisa interessada e não é senão em casos extraordinários que podemos apelar para referências que nos permitem entrever situações mais favoráveis: será o caso de um códice de Aulo Gélío existente em Alcobça que interessou Poggio Bracciolini¹⁸; será o caso também de uma versão hispânica da *Navigatio Brendani* que julgamos remontar a arquétipo ante-

16. A troca de impressões vinha no seguimento do que escrevemos em sua homenagem em «La biographie latine au XII.ème siècle au Portugal», in *Scripturus Vitam – Festgabe für Walter Berschin zum 65. Geburtstag*, Herausgegeben von Dorothea Walz, Heidelberg, 2002, 79-88.

17. Veja-se o aparato que constituímos, aproveitando análise anterior, na edição que do texto constituímos em *Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado* (ed. trad. de Aires A. Nascimento e introd. de Maria João Branco), Lisboa, Ed. Vega, 2001.

18. Cf. as nossas considerações em «Poggio e o seu interesse por códices de Alcobça», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* (Volume de Homenagem ao Prof. J. V. Pina Martins), nº 13-14, (1990 – realmente 1993), 37-40.

rior à versão centro-europeia do mesmo texto e que identificámos em dois manuscritos do Fundo de Santa Cruz de Coimbra, hoje na Bib. Publ. Municipal do Porto¹⁹; será também o caso de um manuscrito de Tito Lívio que existia ainda na Biblioteca de D. João V, no séc. XVIII, e de que nada sabemos senão por uma referência alheia; será igualmente o manuscrito preparatório de uma edição encomendada pelo rei Filipe I (II de Espanha) a Alvar Gómez de Castro que, também no séc. XVIII, veio parar à biblioteca do Conde da Ericeira e passou para a Biblioteca da Ajuda, onde se encontra²⁰. Se Joanot Martorel conheceu em Portugal a lenda de Guido de Warwick (como ele pretende levar a crer), o único elemento que nos resta é uma versão latina, lançada no final de um dos volumes de um Leccionário de Alcobça²¹.

5. Modos suspeitos de olhar uma cultura

Há atitudes atávicas neste esquecimento colectivo que não atende a elementos de continuidade e apenas pretende fixar-se em marcos miliários, como se eles não pressupusessem as distâncias e os peregrinos da cultura que as percorreram. Um ou outro espírito mais alvoroçado porá em causa que certos textos esquecidos possam ter lugar em colecções cuja intenção de base era a de contribuir para recuperar obras mal entradas nos círculos de leitura. Não são por certo atitudes sobranceiras de quem se senta no cimo da montanha que ajudam a essa recuperação, pois é fácil cair no engodo de não reparar que as árvores que vicejam no topo não teriam medrado se não houvesse uma base de sustentação larga. Talvez alguns se preocupem com os grandes palácios; em atitude humilde e serviçal, importará também conhecer e dar a conhecer o que significam os testemunhos de expressões menos vistosas, mesmo se elas representam apenas as «lágrimas das coisas», desde que saibamos deixar-nos tocar por elas (para nos servimos de uma expressão bem marcante do grande épico, Virgílio – que A. Lobo Antunes apresenta sob uma bela transposição portuguesa: «Há lágrimas na natureza; e a certeza do efémero toca-nos o coração»). Uma certa cultura de salão (em que tudo tem de ser previsto e proposto com requebros e mesuras) tem contribuído não pouco para criarmos ilusões quanto àquilo que somos e àquilo que fomos. A tentação da fidalguia, junto com o descuido em atender aos instrumentos da vida real, contribuiu para nos iludir e tem servido para nos arredar de trabalhos prudentes e úteis²².

19. Temos em curso diversas intervenções onde analisamos o problema cuja primeira análise demos em «Tradição hispânica da *Navigatio Brendani*: apontamentos para a história de um texto», *Critica del testo*, 2 / 2 (1999 – real. 2000), 709-734; «A *Navigatio Brendani*: da Hibérnia para a Ibéria, ou alguns elos de uma antiga comunidade ocidental», *Anglo-saxónica*, ser. 2, 10-11, 1999 (real. 2000), 63-79. Remetemos, em todo o caso, para a nossa edição *A navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, Lisboa, Colibri, 1988 (reimp. 2002).

20. Cf. o que dissemos em «De uma introdução à obra isidoriana para uma nota sobre o manuscrito preparatório da edição das Etimologias de Isidoro por Alvar Gómez de Castro», *Euphrosyne*, 12 (1984), 263-270; mais recentemente, tivemos de discutir o interesse deste códice para o estudo da transmissão do texto isidoriano.

21. Cf. Aires A. NASCIMENTO, «Leitura de príncipes: Gui de Warwick, um romance de cavalaria na corte de Avis», *Oceanos*, 17 (Março de 1994), 58-64.

22. Um pequeno pormenor, aparentemente anódino (por no título da colecção aparecer «clássico»), serviu de pretexto a Vasco da Graça MOURA (no jornal *Expresso* de 11 de Maio de 2002, pp. 96 ss., «Os clássicos, hélas!», e de 15 de Junho de 2002, p. 74 ss., «As monstruosidades de um programa», no suplemento «Revista» do mesmo semanário) para zurrir sobre intenções e concretização de um programa que tinha sentido de recuperação cultural. Sem entrar em polémicas e sem que a entidade patrocinadora nos tenha confiado encargo, seja-nos permitido lembrar que, se o termo «clássico» (escolhido benevolmente) era apelo, não deveria causar engulhos quando se pretendia justamente trazer à memória o que faz parte de uma cultura; se os textos não eram «clássicos» em sentido estrito, quem se preocupou com exigir-lhes classificação (ou

Um facto é inegável: a cultura do livro, ainda que pareça sustentada pelo registo da escrita, necessita de vigilância e de continuidade nas atitudes colectivas. De facto, muitas das obras do passado são, com relativa frequência, deixadas de lado ao menor sopro de novidade (própria ou estranha). Umhas vezes perderam-se textos porque se perderam testemunhos de suporte. Outras vezes perderam-se bibliotecas inteiras, pois não houve cuidado ou zelo em deixar registos suficientemente sólidos da sua existência, a não ser quando havia obrigações legais²³. Aliás, mesmo nestes casos, por falta de uma cultura arquivística que curasse, com diligência e estima, de um património colectivo, os registos foram desaparecendo e as referências perderam conteúdos. Onde estão, de facto, os livros registados no chamado *Livro das Calendas* da Catedral de Coimbra durante os séculos XII e XIII ou os livros referidos pelo inventário da livraria de D. Duarte?

Com frequência nos fomos refugiando em velhos fantasmas de censuras oficiais ou de silêncios impostos, como se eles nos desculpassem da incúria ou da letargia em que nos deixamos embalar para não nos comprometermos a analisar realidades tão complexas como as que fazem a cultura do livro.

6. Necessária uma nova mentalidade

Temos hoje alguma percepção dos condicionamentos da cultura do livro e dos seus mecanismos para sermos sensíveis às rupturas que acontecem em momentos de transição. Assim, a introdução do livro impresso (entre nós como entre outros) desencadeou desafecção pelo livro manuscrito e levou às oficinas de encadernação o que alguma vez deixou de ter uso real de leitura. Trabalhando sobre as encadernações dos livros das bibliotecas de Oxford, N. R. Ker recensou mais de 2.000 fragmentos em livros compreendidos no período de um século que vai de 1515 a 1620.

Entre nós, a colheita faz-se sobretudo na classe dos livros notariais, já que às capas de livros de tabeliães foram parar pergaminhos que são autênticas relíquias de um passado cultural que esta-

os considerava desclassificados) deveria saber conferir-lhes a dignidade de representação cultural (e até literária – as formas mais simples não são as mais fáceis de analisar). Em aparte, sem intuítos de defesa, seja-nos permitido referir que as nossas responsabilidades nessa colecção, patrocinada pelo IPLB, têm sido de mera colaboração (não pertencemos ao júri de selecção nem nos pertenceu discutir critérios – também nós, na nossa modéstia, gostaríamos de ter escolhido diversamente de outros –, não gozámos de quaisquer benesses, gratificações ou avenças) e o nosso contributo, por via lateral, tinha outro fundamento que o de esvaziar gavetas; em proposta que vimos em boa parte respeitada, apresentámos um pequeno programa que podia e devia ser entendido num plano de apresentação orgânica e coerente, num domínio em que nos têm sido cometidas responsabilidades universitárias (e por isso também culturais e cívicas): fornecer um texto da latinidade medieval portuguesa (que também faz parte de uma identidade), cobrindo um tempo tão vasto como o que vem do séc. IV (em que propusemos o texto de Egéria – *Viagem do Ocidente a Terra Santa*) e chega ao séc. XV (em que colocávamos o *Livro de Arautos*, datado de 1416, e para cuja edição púnhamos à disposição trabalho revisto em relação ao que fizemos em data já distante, em 1977), passando pela *Navegação de S. Brandão* (texto que apresenta uma história que estamos longe de conhecer inteiramente, mas cuja versão hispânica, que recuperámos, se apresenta relevante, por contraste com a tradição centro-europeia) e não esquecia uma obra única para o seu tempo, a *Crónica* de João de Santarém (relativamente a esta, cuja edição foi constituída por autoridade sobejamente qualificada, só por pressa ou distracção o crítico se pode ter permitido dizer que a tradução apresentada havia sido feita sobre o castelhano – teria bastado ler a primeira nota à respectiva tradução do texto latino para que se evitasse tal dislate e se entendesse que o trabalho final havia resultado de um diálogo entre a responsável pela edição de base e o curador da tradução portuguesa, com repercussões no próprio teor da edição – o que, para quem conhece os problemas subjacentes não é pequeno contributo, depois de a obra ter tido um editor da importância de Th. Mommsen – felizmente um dos grandes do Prémio Nobel, justamente pelo seu contributo filológico para a cultura europeia).

23. Cf. o que escrevemos, em revisão de trabalho anterior, em «A Igreja na história da cultura: percursos do livro em Portugal na Idade Média», *Igreja e Missão*, 18 (2000), 139-201.

mos longe de conhecer devidamente. Por exemplo, na encadernação de um foral das primeiras décadas do séc. XVI (da renovação ordenada por D. Manuel) encontrámos um fragmento gramatical em escrita carolina do séc. X-XI. Depois de um exame atento, devemos hoje concluir que a chancelaria régia tinha à sua disposição um livro de estudo que para nós, hoje, se revestiria de particular significado para se reconstituir um ambiente cultural e ajuizar da sua continuidade²⁴.

É bem sabido que um utilizador tem normalmente dificuldade em perceber a “densidade” de significação do seu instrumento de trabalho. Para aduzirmos mais um outro caso, apontaremos o da descoberta e identificação recente de um fragmento do séc. XV do *Livro de Montaria* de D. João I²⁵. O livro existia na livraria de D. Duarte (nº 12 do elenco conhecido a partir do *Livro da Cartuxa* ou dos *Conselhos*), mas, como é sabido, exceptuando uma cópia do século XVIII ou de inícios do séc. XIX (Lisboa, BN, Cod. 4352), não se conhecia nenhum outro testemunho, embora houvesse notícias de um manuscrito «trasladado de um original de mão escrito em pergaminho que se achou na Livraria do Collegio da Companhia de Jesus de Monforte de Lemos polo bacharel Manoel Serrão de Paz este anno de mil e seyscentos e vinte e seys». Este fragmento procede também de um livro notarial, «Rexistro de Scripturas Públicas de Joseph Benito Pérez Quiroga, escrivanno del Rey nuestro señor y de número de la villa de Monforte de Lemos. Año de 1520»²⁶. Nesta data, pouco interessaria o conteúdo do livro português e ter-se-ia perdido o sentido da autoria da obra. O notário, também neste caso, limitava-se a aproveitar para reforço da sua encadernação o que outros haviam deixado de parte.

7. O trabalho de recolha e interpretação de dados fragmentários

Perante a dispersão dos dados e o carácter aleatório de uma possível colheita, torna-se necessário um empenhamento sustentado na recolha, para que não sejam inconsequentes alguns lampejos de lucidez ou alguns entusiasmos momentâneos. Admitida a singular importância destes dados para reconstituir a história de uma cultura, não se poderá senão saudar o trabalho que visa uma recuperação sistemática dos mesmos.

Casos individuais e sumamente prestigiados neste domínio tivemos-los em personalidades eminentes como foram Avelino de Jesus da Costa e Mário Martins²⁷. Com resultados de um trabalho

24. Temos em curso trabalho que apresentará os dados que a seu tempo recolhemos quando examinávamos materiais de encadernação em vários arquivos. Conhece-se efectivamente agora um outro fragmento que procede do mesmo manuscrito e foi recolhido em outro foral. Partindo do tipo de escrita (uma carolina tardia nunca utilizada entre nós), consideramos que há razões para supor que se trata de um testemunho de instrumento gramatical (o texto de Festo) entrado em momento muito alto, vindo de França e que remonta ao séc. IX-X. Cf. Aires A. A. NASCIMENTO, «Um fragmento de *Differentiae uerborum* em letra carolina», *Euphrosyne*, 32 (2004), 265-282. Novos fragmentos serão publicados no próximo volume desta mesma revista.

25. Ramón LORENZO, «Un fragmento dun manuscrito medieval do *Livro da Montaria* de D. João I de Portugal», *Verba*, 27 (2000), 9-32.

26. Sem querer pôr em causa as conclusões de Ramón Lorenzo e sem menosprezar a sua reconstituição de um percurso do antigo exemplar (dando como intermediário o Cardeal Rodrigo de Castro, cuja ascendência portuguesa, além do seu gosto por livros de montaria, poderia explicar que o códice tivesse chegado aos jesuítas de Monforte de Lemos, tanto mais que foi devido ao mesmo cardeal que eles abriram um colégio naquele localidade), parece-nos ser necessário comprovar que o fragmento não foi utilizado na primitiva encadernação e assim assegurar que o códice foi de facto transmitido em finais do séc. XVI aos jesuítas.

27. Do primeiro, além do artigo que tem por título «Fragmentos preciosos de códices medievais», *Bracara Augusta*, 1 (1949), 421-434 e 2 (1950), 44-63 (agora em Avelino de Jesus da COSTA, *Estudos de cronologia, diplomática e histórico-linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, 53-135, com actualizações), não se podem esquecer as

colectivo e sistemático hão-de apontar-se três investigadores experimentados na busca de testemunhos da cultura portuguesa medieval²⁸. Pacientemente, ao longo de vários anos, percorreram eles arquivos, públicos e privados (portugueses e estrangeiros), frequentaram instituições de vária índole e têm conseguido recuperar, descrever e identificar testemunhos, quaisquer que fossem as suas formas materiais e o seu estado de conservação (códices completos ou fragmentos) e documentar uma importante colecção de textos medievais portugueses. Deles fomos recebendo notícias de descobertas que se foram acumulando e estruturando²⁹. Pudemos partilhar das suas alegrias quando identificaram testemunhos novos ou quando descobriram textos até então insuspeitados. Constituí instrumento de trabalho obrigatório a base de dados por eles constituída e divulgada sob o acrónimo BITAGAP (Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses); estão também ao nosso alcance os sucessivos resultados de fontes em bases de dados que dão pelo nome de ADMYTE³⁰ e PHILOBIBLON³¹.

A investigação por eles levada a cabo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo teve a honra de merecer publicação em monografia de particular significado pelo prestígio da instituição e pelo que este gesto representa como intenção de servir a memória colectiva. A investigação que aí se acolhe traz novidades de testemunhos recuperados, conta com certa diversidade de elementos recolhidos, permite alargar perspectivas em horizontes nalguns aspectos menos preenchidos ou noutros mal definidos. Obriga-nos sobretudo a voltar sobre os nossos quadros de análise e refazer modos de pensar e de reagir.

Não esqueceremos a emoção com que, ainda na antiga Torre do Tombo, em S. Bento, Harvey Sharrer recuperou e deu a conhecer um fragmento das cantigas de D. Dinis acompanhado da respectiva música (presumivelmente original)³². Outros dados menos retumbantes se foram acrescentando em pesquisa sistemática, embora lenta, cheia de hesitações e de ansiedades, mas também repleta de surpresas pelo alcance dos resultados obtidos.

O título dado à monografia vinda a público tem o título de *Fragmentos de Textos Medievais Portugueses da Torre do Tombo*. É significativo que o enunciado desse título não tenha qualquer ele-

nove pastas de documentação recolhidas entre 1944 e 1955, com o título *Pergaminhos medievais. Inventário bibliográfico* (as referências e as reproduções dos documentos recolhidos foram depositados pelo investigador na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e em mais algumas instituições), materiais que o autor colocou generosamente à disposição dos investigadores. Do segundo nunca faremos leitura bastante; os seus contributos que resultam de leituras múltiplas deslumbram pela própria simplicidade no modo de expor, em bibliografia que se alarga por dezenas de títulos e explora textos medievais de todo o género.

28. São eles os Professores Arthur L.-F. ASKINS, Harvey SHARRER, Aida Fernanda DIAS, investigadores respectivamente da Univ. de Berkeley, da Univ. de Santa Bárbara, na Califórnia, e da Univ. de Coimbra.

29. Uma das últimas descobertas cuja notícia tivemos ensejo de receber deles diz respeito a um fragmento do célebre *Liuro de José de Arimateia*, de que se conhecia até ao presente apenas o manuscrito da Torre do Tombo, a seu tempo apresentado em tese de doutoramento à Universidade de Lisboa por Ivo de CASTRO. Esperamos a revelação pública do testemunho que nos aproxima certamente mais do original, mas não parece ir além do séc. XV, quando a tradução portuguesa pertence a meados do séc. XIII.

30. ADMYTE (Archivo digital de manuscritos y textos españoles), CD-Rom (ed. Francisco Marcos-Marín et alii), Madrid, 1993.

31. PHILOBIBLON, ed. Charles Faulhaber, A. L.-F. Askins, H. L. Sharrer, Berkeley, 1999; cf. <http://sunsite.berkeley-edu/PhiloBiblon>.

32. Cf. Harvey L. SHARRER, «Fragmentos de sete cantigas d'amor de D. Dinis, musicadas – uma descoberta», *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval* (ed. Aires A. Nascimento & Cristina Ribeiro), Lisboa, Ed. Cosmos, I, 1991, 13-29. Lembraremos que a apresentação pública foi feita durante o IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval, em Setembro de 1991, em sessão realizada na Torre do Tombo, sob a presidência do então Director dos Arquivos Nacionais, Prof. Jorge Borges de Macedo; aí foram dados a conhecer os resultados de análise efectuada com rigor e alargada a perspectivas de cunho textual, musical, codicológico e paleográfico.

mento determinativo além do de situação: com isso deixa-se bem entender quanto estamos perante um domínio aberto e perante resultados construídos ao longo de alguns anos.

Reflectem esses resultados uma particular sensibilidade à captação de dados perdidos e agora recuperados. As incidências são múltiplas e as qualidades que sustentam a investigação são indimentáveis: perícia de análise material, apurada capacidade de reconhecimento do valor do testemunho (seja ele singular ou não), largueza de conhecimentos para identificação textual (num domínio em que não dispomos de bases textuais para consulta e referência), sentido de organização de conhecimentos constituídos, modalização de informações em formas acessíveis e pertinentes, gosto de partilha com uma comunidade textual interessada.

Não é fácil trabalhar com material fragmentário, muitas vezes conservado em precárias condições ou sobretudo já fora do seu uso primário e como tal transferido do suporte originário para outro, muitas vezes indiferenciado, sem identificação e sem intencionalidade de transmitir um texto, a maior parte das vezes tratado como rebotalho a que se lança mão para uso menor, como é o de garantir protecção ou apoio na encadernação de determinado códice. Significa isso que a recuperação é contingente, pois depende do estado de conservação do suporte e preservação do registo escrito. Só a persistência pode dar continuidade a um trabalho cujos resultados não são previsíveis.

A imagem que ilustra a capa do volume agora trazido a público é bem significativa do trabalho de cerzimento de três pequenas tiras (aliás, quatro – uma delas não tem texto, mas parece conter uma marca de sequência – assinatura ou reclamo), encontradas nos entre-nervos da lombada de um códice pertencente a S. Mamede de Lôrvão³³.

Outros fragmentos, recuperados de dois códices, apresentam texto similar. No entanto, o formato é diferente deles e isso leva a induzir a elaboração de livros em instituições diferentes e a sua difusão em comunidades distintas.

É, por outra parte, digno de registo o processo de recuperação destes fragmentos, pois nele intervêm toda a equipa de investigação: em Junho de 1997, Arthur Askins, identifica um bifólio de códice nas capas de um livro de prazos nos termos de Alenquer, Torres Vedras e Lisboa (com datas de c. 1565) – trata-se de um fragmento largo, composto por um bifólio, e nele foi relativamente fácil identificar o texto como pertencente a um antigo códice da obra *Orto do Esposo*, cuja tradição textual estava anteriormente restringida a Alcobaça; um ano depois, em Julho de 1998, é Harvey Sharrer quem, nos planos da encadernação de um outro livro (volume designado por *Livro de Demarcações* – de Botão, Outeiro, etc. – com datas limites de 1530-1560), identifica algumas linhas do mesmo texto e do mesmo códice primitivo; na mesma data, Aida F. Dias recupera dos entre-nervos de uma outra encadernação (do *Livro 9º do Bispado do Porto e Arcebispado de Braga...* – com data limite de 1563) parte de uma coluna de texto desse mesmo livro.

A sintonia dos investigadores do projecto tem nisso uma demonstração plena. Por competência dos próprios investigadores, foi-lhes possível reconhecer que esses fragmentos textuais remon-

33. Por lapso (mais concretamente por incorrecção de referência na instituição detentora), o patrono é dado como sendo Santa Maria, quando ele foi sempre S. Mamede (ainda que outro se tenha associado posteriormente); há certamente uma contaminação com outras designações de mosteiros cistercienses. Será de levar em conta que o mosteiro do Lôrvão tem uma história anterior à sua passagem a comunidade cisterciense (em definitivo, só em 1211, a antiga rainha de Castela, filha de D. Sancho I, consegue que o mosteiro lhe seja entregue, depois do afastamento compulsivo dos antigos habitantes, monges a quem se atribui o uso da Regra Beneditina). A história da livraria, independentemente da existência da continuação de um *scriptorium* não é dado de menos importância, pois à instituição produtora da encadernação há que reconhecer o papel de intermediário na recolha dos fragmentos deixados entre os materiais dessa encadernação.

tavam a uma obra específica; por perícia paleográfica reconheceram que estavam perante testemunhos da mesma unidade codicológica.

Revertendo o processo de despistagem destes fragmentos, teremos de chegar também à conclusão, ao menos provável, de que os três fragmentos foram desmembrados num mesmo tempo e numa mesma oficina de encadernação. Não é isso pouco para começarmos a determinar o processo histórico do(s) livro(s): um exemplar constituído na primeira metade do séc. XV (os investigadores não arriscam maior aproximação do que 1391-1450) e em instituição não determinada, é desmembrado em data próxima de 1560 e os seus elementos são aproveitados para apoio em encadernações. Vida efémera a dos nossos livros!

Fica-nos agora por identificar a oficina de origem do códice primitivo e o local onde terão sido realizadas as encadernações dos códices tabeliônicos que têm os fragmentos. Provavelmente uma peritagem paleográfica permitirá determinar uma data mais precisa do que aquela que os investigadores propõem para o códice primitivo.

Pertence, por outra parte, ao domínio da crítica textual apurar se os testemunhos assim recuperados têm relação directa com os dois códices alcobacenses a que até agora se reduzia a tradição da obra (BN, Alc. 198 e 212). Em tal domínio, não pode ser indiferente reconhecer que, relativamente às lições da edição publicada (pelo menos a ela – não é de excluir alguma falha de leitura), há variantes significativas. Efectivamente a *lembrança* contrapõe-se agora *semelbança* (fl. 1r, col. 2), que faz melhor sentido; em fl. 1v, col. 2, em vez de *aquelles que as pusuem ... aquelles que as amã* documenta-se agora *aquele que as possue... aquella que as ama e atormentam aquel que as perde* (lição que parece levantar problemas); em fl. 2v, col. 1, falta no novo testemunho *cõ*, na linha 6; em fl. 2r, col. 1, linha 28, *causas e rrazões* convém mais que *cousas e rrazões*; em fl. 2r, col. 2, linha 32, não faz sentido *pobres* em vez de *nobres*; em fl. 2v, col. 2 *luxaria* parece corresponder melhor ao sentido que *luxuria*, embora, a breve trecho, nos demos conta de que a *luxúria* é tratada como um dos pecados capitais, censurados por S. João Crisóstomo (“Sam Joam Boca d’Ouro”) – de facto, um termo não pode permutar com o outro (e há obviamente uma palavra, *luxaria*, que não vingou na língua). Não há que desmerecer do trabalho por nalguma interpretação se poder contrapor algo de diferente às propostas dos investigadores; pelo contrário, faz parte da solidariedade, que nos devemos, contribuir para a valorização de um património que a todos pertence. Assim é bem vinda a reformulação de um caso (nº I – ANTT, Fragmentos, Caixa 21, n. 23, reforços 1-5) para negar que estejamos perante testemunho do *Orto do Esposo*, pois a sua reanálise leva a considerar os fragmentos como elementos erráticos de obra(s) ainda por identificar³⁴.

8. Um novo horizonte de cultura

Por estes modos de abordagem e pelas incidências referidas, se pode já divisar a importância dos fragmentos. Estamos num universo em que a singularidade se destaca e por isso nada é excedentário ou dispensável. É verdade que, sob o ponto de vista quantitativo, o elenco de textos recuperados ao longo de vários anos de trabalho na Torre do Tombo, é escasso: quinze não é número vultoso. No entanto, mais do que o número interessa a sua singularidade.

34. Irene Freire NUNES, «Pequenas tiras», in *De decifração em textos medievais – IV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval* (ed. Ana Paiva Morais et aliae), Lisboa, Colibri, 2003, 217-222.

Com os contributos agora apresentados, os nossos conhecimentos relativos à tradução em língua portuguesa no séc. XV e à circulação de textos medievais nesse mesmo período alargam-se, se quisermos interrogar os dados em perspectiva combinada. Peso específico apresentam sob a perspectiva de constituição de uma língua que a pouco e pouco reclama identidade em várias formas de expressão e se vai apresentando como alternativa à língua tradicional de cultura, seja na transmissão de conhecimentos, seja na manifestação de sentimentos (de piedade, sobretudo), seja na constituição de instrumentos (administrativos ou escolares)³⁵.

O elenco de textos pode ser colocado dentro de quatro categorias, conforme o grau maior ou menor de conhecimento anterior de testemunho – assim o entenderam os investigadores do inventário, num primeiro quadro. Mais adequado seria se tivesse sido dado o grau de novidade obtido. O tipo de conteúdos abre, apesar de tudo, pistas mais operativas.

Em tal perspectiva, a literatura religiosa ocupa lugar proeminente e não será pouco reflectir sobre isso³⁶: o sagrado é, por natureza inefável; a tentativa de aproximação dele vale-se de intermediários, quer humanos quer instrumentais; o cristianismo valoriza a Bíblia, mas a piedade constitui instrumentos mais acessíveis – o *Livro de Horas* é a transposição e adaptação, para nível privado, do esquema oficialmente estabelecido para a celebração do ofício canónico, mas outros instrumentos foram ganhando autonomia como apoio da piedade, pessoal ou de grupo. Nos textos agora revelados, frente aos *comentários bíblicos e textos moralizantes*, a Paixão de Cristo aparece entre os temas privilegiados, num enquadramento conhecido de outras partes. Não será demais reparar no que isso tem de coincidência com a «devoção moderna», que certamente está por detrás da chegada da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia (em data bastante precoce), a qual acompanha algumas expressões de piedade, mas vem ao encontro de outras já arreigadas.

É por demais escasso o primeiro elemento recolhido (frag. I) para se poder identificar a obra a que pertence – os investigadores apenas levantam uma hipótese e ela pode ser contrariada, como já acima apontámos. Está em situação idêntica o fragmento seguinte (frag. II), que nos parece paleograficamente idêntico. Com razão se poderá propor que pertence a uma exposição dos Evangelhos, sem que seja possível identificar fonte ou autor. De natureza semelhante é o frag. III: os investigadores, sem proporem classificação definitiva, aproximam o fragmento textual de obras conhecidas (*Flos sanctorum* de 1513; *Legenda dos Santos Mártires*, de Bernardo de Brihuega; *Corte Imperial*, etc.). Num outro testemunho (frag. IV), o texto quase se identifica com um passo do Evangelho de S. Mateus, 26, 30-43; a este propósito não será sem pertinência lembrar as referências a traduções dos Evangelhos feitas a pedido de D. João I – no entanto, tal hipótese pode ser contrariada pela existência de uma rubrica que vem à cabeça do fragmento e assinala: “Como Jhesu Christo disse a Sam Pedro que o negaria”, o que aponta para um texto de meditação autónomo.

Ganha agora mais testemunhos a tradição do *Orto do Esposo* (frag. V, constituído por um bifólio quase intacto, a duas colunas; frag. VI, quatro linhas de col.; frag. VII, 10 linhas, de col.).

35. Em data recente tivemos oportunidade de reflectir sobre a representatividade da tradução como identidade de uma nova comunidade cultural saída da conjuntura derivada da ascensão ao poder de uma nova geração de homens, superiormente representada pela Casa de Avis. Seria de matizar convenientemente a perspectiva de que se escrevia em português porque se não sabia a língua de cultura tradicional; os mecanismos eram certamente mais complexos. Por outra parte, desde há muito se devia ter assumido que o ensino da própria gramática latina utilizava a língua portuguesa: o manuscrito Digby 26, da Bodleiana em Oxford, é testemunho bastante para o comprovar; cf. Aires A. NASCIMENTO, «Pueris laica lingua reserabit: As ‘Reglas pera enformarmos os menynos en latin’», *Euphrosyne*, 17 (1989), 209-232.

36. Desse problema nos ocupámos em «Literatura religiosa. I. Época Medieval», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, 113-125.

Diversifica-se também a tradição das *Colações* de Cassiano em tradução portuguesa, cuja leitura era habitual nas instituições monásticas (frag. VIII – bifólio; frag. IX, fólio).

Se os textos anteriores se enquadram no âmbito de literatura espiritual, outros há que nos levam ao domínio do *Direito*. As *Sete Partidas* de Afonso X vêm agora alargada a sua tradição (frag. X, XI): para o primeiro destes fragmentos, os investigadores salientam que há variantes textuais e de ordenação relativamente a um testemunho conhecido (Alc. 463); ganhamos pelo segundo fragmento a atestação da *Quinta Partida* em português. Aliás, pela recensão estabelecida em apêndice a este volume, ficamos a saber que o trabalho dos investigadores noutros arquivos permite afirmar que agora falta apenas testemunho para *Quarta Partida* em tradução portuguesa.

Neste mesmo domínio, um fólio testemunha a tradução portuguesa do *Ordo iudiciarius* de Tancredo Bononiense³⁷ (frag. XIII). Com o título de *Desposórios* (título dado pelos investigadores), está outro fragmento (XII) que justificadamente deve ser reportado também a obra de carácter jurídico.

A *Medicina* aparece-nos representada por fragmento de tradução portuguesa do livro de Teodorico Borgognoni que dá pelo título de *Chirurgia* (frag. XIV). Neste domínio ainda, o horizonte alarga-se a algo que se nos afigura poder vir de algum *Thesaurus pauperum*, como o de Pedro Hispano – os responsáveis pela recolha dos fragmentos deram-lhe o título bem sugestivo de *Mezinhas*, à espera de algum dia ser possível identificar a fonte de que procede (frag. XV).

9. Um elenco textual de interesse

Com excepção de um, todos estes fragmentos apresentados eram desconhecidos. De outros testemunhos, não incluídos nesta série, nos fica notícia na introdução do volume agora publicado. Alguns deles, também ignorados até ao momento, têm ainda pendente a sua análise, mas são aqui já referidos:

- a) cinco fragmentos de papel de uma cópia do séc. XVI da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes;
- b) carta de foro de Tonhe, datada de 1271 / 1233, mas em cópia da segunda metade do séc. XIV.

Têm os investigadores também o cuidado de apontar outros fragmentos existentes na Torre do Tombo e divulgados noutras circunstâncias, mas aos quais se havia perdido o rastro, por deficiente arrumação e catalogação. Neste elenco estão:

- a) *Vida de S. Nicolau de Mira (Bari)*, que Pedro Azevedo dera a conhecer em 1905;
- b) Fragmento do liv. III composto por Bernardo de Brihuega, relativo a *Vida e Paixão dos Quarenta Mártires de Sebaste*³⁸;
- c) Fragmento das *Colações* de Cassiano (XIII, 16-17 e XIV, 7-8);
- d) Fragmento musicado para seis (das sete aqui testemunhadas) *Cantigas* de D. Dinis;
- e) Fragmentos das *Sete Partidas* de Afonso X;
- f) Testemunhos da tradução portuguesa da Parte Iª da *General Estoria* de Afonso X.

37. Há referências a esta obra no testamento do deão da sé de Lamego, Afonso Pais, que estudou em Bolonha e em 1262 legou os seus livros àquela instituição com reserva para os seus familiares poderem servir-se deles para estudarem.

38. Cf. Isabel Vilares CEPEDA, «Os “Quarenta Mártires de Sebaste”». Um testemunho manuscrito do século XV em português», *Theologica – Estudos de História Religiosa*, 28 (1993), 507-514 (Volume de Homenagem a Avelino de Jesus da Costa).

O elenco estende-se a descobertas de novos testemunhos de versões mais ou menos completas de obras diversas:

- a) *Diálogos* de Gregório Magno;
- b) *Novo Memorial do Estado Apostólico* de Paulo de Portalegre (ou de Santa Maria);
- c) *Definições de Calatrava* (Definições do Abade Guilherme II de Morimundo, dadas ao tempo do Mestre da Ordem de Calatrava Rodrigo Tellez Girão – o exemplar tem a data de xv de Maio de 1500);
- d) *Cronicas de todos os Reyes de Portugal desde o Conde D. Henriques, atbe ElRey D. Manuel* em cópia atribuída aqui a *seu Cronista Mor Duarte Galvão* (efectivamente a autoria deve remontar a Rui de Pina – como se esclarece);
- e) *Inventário ou Recolhimento em a parte cirurgical da Física*, tradução portuguesa de obra pertencente a Guido Caulíaco ou Guido de Chauliac.

10. Ponderação de resultados

Alargam-se assim os nossos horizontes dos textos medievais portugueses. Sobretudo fica em destaque a expressão em língua vernácula com a tradução de textos que nalguns casos mal imaginaríamos que tivessem passado para português. Efectivamente, vamo-nos dando conta da importância que isso tem na afirmação de identidade na configuração de uma comunidade nacional, que é também linguística e cultural. Verificamos, aliás, que é elevado o número das traduções que se registam no período medieval e particularmente no séc. XV em língua portuguesa. O índice dessas traduções é bastante alto se comparado com o de outras línguas hispânicas, pois de entre elas só o castelhano leva alguma vantagem ao português³⁹. Há nisso certamente uma atitude de base que intenta trazer a primeiro plano a língua materna e nobilitá-la. Se o mote estava em Dante⁴⁰, parece que os meios de cultura entre nós se anteciparam a formulações e usos que reivindicaram para o castelhano o direito a ser língua dominante⁴¹. Há certamente motivo para considerar que os príncipes de Avis, ao envolverem-se em trabalho de tradução, quer pessoalmente quer por interposta pessoa, contribuíram para responder, através da língua, a um desejo colectivo de afirmação comum⁴². Por certo, os critérios de tradução que D. Duarte estabelece no cap. 99 do *Leal Conse-*

39. Esse quadro foi dividido, em primeira mão, por Charles B. FAULHABER, «Sobre la cultura ibérica medieval: las lenguas vernáculas y la traducción», *Actas del V Congreso internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Alcalá, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1997, 587-598; aponta o autor: «as traduções baseadas em textos latinos, formam uma maioria clara, foram 73% do total para castelhano e 90% para português»; no total, apresentavam-se 754 traduções em castelhano, 41 em aragonês, 356 em catalão, 631 em português. O número deve agora ser revisto.

40. Há confessadamente o «naturale amore a propria loquela» (*Comedia*) e justifica-se o *vulgare aulicum / curiale* como a linguagem a assumir por toda comunidade política (*De vulgari eloquentia*, I, 18).

41. Cf. Eugenio ASENSIO, «La lengua compañera del Imperio», *Revista de Filología Española*, 43 (1960-61), 399-413. A referência antecipa para *Las vidas de los santos religiosos o Vitas patrum* de Micer Gonzalo García de Santa María («Porque la fabla comumente, más que otras cosas, sigue el imperio») o que tradicionalmente é posto à conta de António de NEBRUJA (*Gramática de la lengua castellana*, Salamanca, 1492), sob influência de Lourenço Vála.

42. Em Colóquio subordinado ao tema «Modelos literários e modelos do Poder», promovido pelo Instituto Universitário Europeu, de Florença / Fiesole, em 28-30 de Novembro de 2002, tivemos ocasião de apresentar mais desenvolvidamente esta questão, sob o título «Palavra e poder no séc. XV português: vinculações e alternâncias». As nossas reflexões foram alargadas na versão «Nova idade, nova linguagem: entre afecto e alto desempenho de funções – a palavra no séc. XV português», in *Humanismo para o nosso tempo – Homenagem a Luís de Sousa Rebelo* (ed. Aires A. Nascimento et alii), Lisboa, 2004, 33-57.

lbeiro não eram apenas princípios teóricos e correspondiam a uma prática que era fomentada e teve larga adesão, ainda que mal conheçamos os nomes e a sua preparação para o ofício⁴³. Os fragmentos agora trazidos a público preenchem ainda mais o quadro já conhecido para o séc. XV, alargando o número de testemunhos e abrindo o leque de obras a considerar.

No elenco agora constituído, boa parte das vezes, ficam resolvidos problemas de identificação de texto e do respectivo autor. Para uma recuperação mais completa do texto, haverá certamente que rever a leitura com apoio de recursos técnicos mais operativos que aqueles que os investigadores tiveram à sua disposição. De facto, a camada de escrita fica sujeita, na encadernação, ao desgaste e por isso não foi possível, à vista desarmada, proceder a uma leitura completa em alguns fragmentos.

Ficam também indicados os códices onde os materiais foram colhidos. Todavia, por enunciar e por resolver ficam questões bem mais complexas que envolvem a origem, a determinação dos responsáveis pelo manuscrito primitivo, os autores da própria tradução. Permanecem também em aberto questões relacionadas com a origem e a história da circulação e destino do texto (em tradução).

Não são fáceis de trabalhar estas questões. Quanto à origem será necessário proceder a uma análise paleográfica que atenda a particularidades comuns a outras realizações de escrita, com critérios seguros, para apurar indícios que orientem no reconhecimento da instituição e eventualmente apontem para a caracterização (ainda que não identificação) dos executantes da escrita e do trabalho de cópia.

Razão têm os investigadores, noutro plano, para chamarem à atenção (p. 63) quanto a uma intervenção de restauro que terá prejudicado a camada de escrita no frag. XIV; esperaríamos que as medidas de prevenção tivessem constituído documentação suficiente para tornar reversível o estado de leitura do manuscrito. O trabalho filológico está, na realidade, dependente do cuidado arquivístico; este, por sua vez, deve, no caso, responder a critérios filológicos e não apenas técnicos. De resto, porque está em causa um texto, os juízos de pertinência filológica devem prevalecer, pois só eles permitem ao arquivista julgar da «densidade» de informação que justifica a intervenção arquivística. Em conjunto, filólogo e arquivista complementam-se na tarefa de salvaguarda de um património textual que só o é quando verdadeiramente se assumem os testemunhos de uma tradição.

Tarefa difícil se torna, no caso de fragmentos, proceder à reconstituição da ordenação textual no suporte e ao reconhecimento das marcas de apresentação de texto e do seu valor funcional. Em razão do estado menos bem conservado dos suportes, abstiveram-se os investigadores de anotar as características codicológicas – empaginação, sistema e processo de regramento, unidade de regramento, módulo de escrita, etc. Não são factores a desprezar para caracterização do processo do livro e qualificação dos seus agentes.

Gostaríamos de poder remontar às instituições que constituíram ou utilizaram os materiais que agora foram recuperados. Quanto a uma eventual apuramento de origem, já apontámos a metodologia possível, ainda que de resultados incertos por nos faltarem instrumentos validados quanto à atribuição de escritas.

43. Algumas vezes abordámos problemas da tradução medieval; seja-nos permitido remeter para esses ensaios: «Traduzir, verbo de fronteira nos contornos da Idade Média», *O género do texto medieval*, Lisboa, 1997, 113-138; «Traduzir, verbo medieval: as lições de Bruni Aretino e Alonso de Cartagena», *Actas – II Congreso Hispánico de Latín Medieval (León, 11-14 Noviembre de 1997)*, León, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1998, vol. I, 133-156; «Os textos clássicos em período medieval: tradução como alargamento de comunidade textual», *Raízes greco-latinas da cultura portuguesa – Actas do I Congresso da APEC*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos, 1999, 41-70.

Quanto à proveniência, o estudo não é menos problemático. Se tomarmos em conta os códices / livros de onde foram recolhidos os fragmentos, ficamos surpreendidos com a concentração de boa parte dos materiais numa instituição. Trata-se do Mosteiro do Lorvão: dos 15 fragmentos recolhidos, 7 remontam a livros que lhe pertenceram, enquanto Arouca, Évora, Santa Cruz de Coimbra, Santa Iria de Santarém, Santiago de Palmela apenas fornecem 1 fragmento. Ora, não sendo o mosteiro de Lorvão, pelo menos após a sua passagem a comunidade feminina (o que acontece por 1211), instituição conhecida como centro de produção do livro (a não ser em momentos muito determinados no séc. XV, e para livros de momentos solenizados – por exemplo, para cerimoniais de tomada de hábito, aliás, sem marcas de profissionalismo), terá de se colocar a hipótese de os fragmentos remontarem a alguma oficina de tabeliães, onde os encadernadores se tenham servido de materiais recebidos de fora.

*

Enfim, não será excessivo concluir que os fragmentos textuais interessam sob múltiplas perspectivas: de livro (que testemunham na dimensão de instrumento de texto e de leitura), de manuscrito (suporte singularmente marcado por intervenção humana privilegiada que se revela no uso da escrita), de material de cultura (situado na linha do tempo e na intersecção de interesses e processos vários – tanto na origem como na utilização ou remoção e desvio do que fora o fim primário para que foi constituído). A filologia está nisso profundamente implicada, mas igualmente outras disciplinas; está sobretudo em causa a configuração de uma cultura – que só será morta se dela se perder a memória.

São múltiplas também as responsabilidades que recaem sobre os agentes da cultura: sobre os filólogos, a quem cabe construir e defender uma relação activa com o património textual; não são menores as responsabilidades que impendem sobre os arquivistas e as instituições de arquivo. Ao longo do percurso de investigação, os responsáveis pelo trabalho agora dado a público depararam com situações arquivísticas menos abonatórias que não vale a pena ampliar, mas que não será útil para ninguém escamotear. Por falta cometida por alguém menos advertido, uma vez, em momento não registado, a própria catalogação arquivística perdeu o registo da espécie de onde foi removido o fragmento (frag. IX – Cassiano, *Col.* 24, 26-28). O restauro não parece ter sido convenientemente apoiado no caso de outro fragmento, pois se terá perdido a camada de escrita – e não consta que o dossier respectivo tenha previsto semelhante perda (a fotografia prévia obviaria a isso). Tais situações, por serem desgarradas, não atingem a dignidade da instituição nem a competência dos técnicos que têm a seu cargo as tarefas de conservação e restauro, mas admiti-las e reconhecer a sua gravidade revela consciência do que está em causa e supõe compromisso em evitá-las com planeamento de intervenções.

Saber retirar dos fragmentos dispersos e agora recolhidos o valor máximo de informação exige uma nova percepção do valor dos materiais como expressão de uma cultura que raramente fez um balanço crítico dos seus testemunhos e só em juízo retrospectivo consegue entender o que devia ter conservado. É justamente nesta problematização que devem convergir as valências do filólogo e do arquivista. Está em causa uma parte significativa da cultura a que pertencemos e pela qual somos responsáveis, como indivíduos e como instituições. Não é de somenos importância prestar-lhe atenção.